

---

Celikates, Robin (2018), *Critique as Social Practice: Critical Theory and Social Self-Understanding*

Pedro Grunewald Louro

---



**Edição electrónica**

URL: <https://journals.openedition.org/rccs/11378>

DOI: 10.4000/rccs.11378

ISSN: 2182-7435

**Editora**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

**Edição impressa**

Data de publicação: 1 dezembro 2020

Paginação: 191-194

ISSN: 0254-1106

**Refêrencia eletrónica**

Pedro Grunewald Louro, «Celikates, Robin (2018), *Critique as Social Practice: Critical Theory and Social Self-Understanding*», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 123 | 2020, publicado a 15 dezembro 2020, consultado a 27 maio 2021. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/11378> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.11378>

---



## RECENSÕES

### **Poblete, Juan (org.) (2018), *New Approaches to Latin American Studies*. New York: Routledge, 292 pp.**

O momento em que narrativas, projetos, pesquisas e mesmo práticas alinhadas ao pensamento pós-colonial (ou decolonial) ganham cada vez mais um espaço próprio nas academias latino-americanas – para além dos paradigmas teóricos e metodológicos herdados de outras regiões colonizadas do mundo –, parece ser também aquele em que os próprios parâmetros da investigação se tornam elementos a serem investigados. É nesse sentido que o termo “giro” (*turn*), que atravessa os 16 artigos reunidos na coletânea *New Approaches to Latin American Studies* – organizada por Juan Poblete e publicada em 2018 –, não se refere apenas a essa abordagem como um todo, mas também a uma miríade de novos conceitos, objetos, fenômenos e sujeitos que, afastados dos focos das pesquisas existentes até então, podem fornecer imagens ainda desconhecidas da América Latina. São 21 autores de diferentes pontos do continente americano que, lecionando e pesquisando de Buenos Aires até Los Angeles, atravessam temas centrais ao pensamento latino-americano. Da mesma forma, a coletânea privilegiou uma certa interdisciplinaridade aos ambientes acadêmicos da região: reúne sociólogos como Pablo Alabarces e Ana Wortman (Universidad de Buenos Aires), antropólogas como Nancy Postero (University of California) e historiadores como Roberto Cavooris (University of California). No entanto, a maior parte dos capítulos foi escrita

por teóricos e pesquisadores dos campos da literatura e da cultura, como Claudia de Lima Costa (Universidade Federal de Santa Catarina), Nelson Maldonado-Torres (Rutgers University), e o próprio organizador, Juan Poblete (University of California). Todos os capítulos sugerem um possível giro sobre algum pilar epistemológico – da ética (Erin Zivin, University of Southern California) à subalternidade (Gareth Williams, University of Michigan), dos estudos culturais (Mabel Moraña, Washington University) à *performance* (Angela Marino, University of California). Assim, o livro se apresenta, antes de ir aos fenômenos em si, como uma série de projetos epistemológicos – ainda que seja elaborado por pesquisadores e professores latino-americanos e estadunidenses imbricados em outro projeto: aquele que leva o nome de Latin American studies (estudos latino-americanos, em português), e que se concentra nas universidades estadunidenses, dando-lhes o rótulo de latino-americanistas (porque estudam a região a partir dos Estados Unidos da América – EUA), o que não dispensa críticas como as feitas por Silvia Rivera Cusicanqui (2010).<sup>1</sup>

Neste projeto, alguns conceitos-chave que permearam o pensamento latino-americano até então não poderiam passar incólumes, porque pautam debates importantes há pelo menos duas décadas – como os de Estado-nação, modernidade e democracia,

<sup>1</sup> Rivera Cusicanqui, Silvia (2010), *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón.

que são reavaliados – enquanto outros surgem inevitavelmente no horizonte – tais como transnacionalismo, feminismo e cultura popular.

Isso se vê no capítulo de Nicole Fabricant (Towson University) e Nancy Postero sobre o “giro indígena”: pesquisadores de diversas abordagens se debruçaram sobre os indígenas latino-americanos sempre teorizando o “diferente”, seja comparando-o a partir de categorias (gênero, classe, etc.) ou discursos hegemônicos (a modernidade, principalmente). Se, por um lado, esse trabalho tem valor, por outro reproduz a mesma percepção colonial da diferença, deixando de lado investigações que possam dar conta da relação dos indígenas com o capitalismo, por exemplo. Um caso inevitável parece ser o dos aimarás em La Paz, na Bolívia, que, como sugere a literatura sobre o tema (Espinoza, 2013;<sup>2</sup> Rea Campos, 2016<sup>3</sup>), são atores fundamentais do mercado de trocas dentro e fora das fronteiras nacionais. Essa abordagem é um giro que ainda está por acontecer.

Em outros capítulos, no entanto, como o que trata do giro da memória, todo esse esforço de apresentação do percurso teórico e empírico dos conceitos acaba com tentativas de respostas. Michel Lazzara (também da University of California) mostra, por exemplo, como o conceito de “memória” – depois das ditaduras militares no Cone Sul e do período de violência na Colômbia – pode, agora, construir realidades mais palpáveis: acesso à informação, transparência e responsabilização.

Poblete, por sua vez, oferece uma densa descrição dos estudos em torno do conceito de transnacionalismo em diversas pesquisas

feitas nos anos 2000 para, então, endossar a crítica de que os autores transnacionalistas “sobrestimaram a capacidade de alguns Estados nacionais em recriar políticas de inimidade cujos migrantes, agora constituídos como adversários ameaçando o futuro da nação, são os atores centrais” (p. 45).<sup>4</sup> O giro transnacional que propõe, visto a partir do contexto de migrantes latino-americanos nos EUA, é dar atenção a “pontos em comum” (*points of commonality*) e a “espaços políticos compartilhados” em que, superando as dicotomias, os “migrantes” e os “nativos” encontrariam “zonas de contato, fricções e interdependência” (p. 47). Em outros capítulos, porém, esse trabalho de recuperação dos conceitos, objetos, fenômenos e sujeitos é feito apenas para que o giro possa se realizar: é o que faz Pablo Alabarces sobre a ideia de “cultura popular” – reforçando, para isso, o próprio fato de ser um autor que escreve e leciona a partir da Argentina, país onde nasceu. Presa primeiro aos textos frankfurtianos e ao sistema emissor-receptor e depois à crítica contumaz de Jesus Martín-Barbero sobre as mediações entre meios de comunicação de massa e os espectadores, a virada na ideia de “cultura popular” na América Latina depende de “algo mais”. Falar dela é

[...] falar de práticas e representações que estão ou podem estar para além da mídia de massa, da simples referência da cultura de massa entendida como os modos variados pelos quais bens simbólicos são produzidos, distribuídos e consumidos com a mediação da – especialmente eletrônica – indústria cultural. (p. 51)

<sup>2</sup> Espinoza, Fran (2013), “Bolívia, elite sectorial chola y élite política: las ambivalencias de su relación”, *Anuario de Acción Humanitaria y Derechos Humanos*, 11, 141-160.

<sup>3</sup> Rea Campos, Carmen Rosa (2016), “Complementando racionalidades: la nueva pequeña burguesía aymara em Bolivia”, *Revista Mexicana de Sociología*, 78(3), 375-407.

<sup>4</sup> Todas as traduções apresentadas são da responsabilidade do autor.

Essas práticas e representações parecem ser encontradas na dança e na música populares, na sexualidade, no espaço, no trabalho, nas festas, na religiosidade, no conservadorismo popular e, por que não, na política comunitária – todas ausentes da mediação dos meios de comunicação de massa, mas onde o giro já está em curso.

Mabel Moraña, diretora de Latin American studies na Washington University (EUA), em seu capítulo sobre a recepção dos estudos culturais na América Latina e a sua consequente virada em meio ao pós-colonialismo, chega a conclusões semelhantes: à medida que as categorias rígidas de análise foram se enfraquecendo – como nação, cultura nacional, identidade e cidadania –, houve na América Latina, também por causa desse arcabouço dos estudos culturais, uma hibridização epistemológica e uma abertura a conhecimentos alternativos à modernidade liberal eurocêntrica. Além disso, os estudos culturais serviram, ao menos do ponto de vista da análise, para dissolver os muros que separavam a “alta cultura” da “cultura popular”:

A noção de cultura inclui agora um largo espectro que vai da indústria cultural às comunicações; da arte, política, literatura, publicidade e consumo aos esportes, ética, movimentos sociais, filosofia e folclore. (p. 98)

Mais ácida é a crítica de Gareth Williams, ao apontar a virada decolonial latino-americana dos anos 1990 para cá, alicerçada sobre o conceito de colonialidade de Aníbal Quijano, como produto de um “crioulismo” que se expressara antes em José Martí e na sua ideia de “Nuestra America”, uma das primeiras tentativas de diferenciação entre latino-americanos (do México para sul) e americanos do Norte (Canadá e EUA), e que se identificou com a leitura indigenista de Karl Marx feita por José Carlos Mariátegui. Assim, “Quijano [...] retorna para o pensamento do pós-independência calcado essencialmente em noções de cidadania, identidade, diferença e representação” (p. 83).

Mas há uma contradição ainda maior que atravessa o conjunto dos textos: a suposição de que a América Latina é uma região dada, como a divisão que se encontra em Martí e que, da poesia à militância, recai sobre o Rio Grande. Ao contrário, não apenas a territorialidade dessa latinidade, isto é, sua localização geográfica, mas a sua própria latinidade, que constrói um sujeito “latino-americano”, poderiam ser objetos de reflexão de muitas dessas viradas. Talvez essa seja, de fato, o próximo grande giro do pensamento crítico da e sobre a região.

*Vinicius Mendes*

Revisto por Alina Timóteo

**Celikates, Robin (2018), *Critique as Social Practice: Critical Theory and Social Self-Understanding*. London: Rowman & Littlefield International, 238 pp. Tradução de Naomi Van Steenbergen**

Robin Celikates, professor de Filosofia Social na Universidade Livre de Berlim e membro associado do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, faz parte da novíssima geração de adeptos

da Teoria Crítica (ou da chamada Escola de Frankfurt), interessados em atualizá-la como um projeto que busca os potenciais de superação das relações de dominação. Diferentemente de outros adeptos

– a exemplo de Rahel Jaeggi, Hartmut Rosa e Rainer Forst –, as tentativas de Celikates em recobrar a fecundidade de antigos conceitos passam mais por pesquisas empíricas, sendo um dos responsáveis por atualizar a noção de desobediência civil. Em relação ao seu próprio percurso intelectual, a obra recentemente traduzida para o inglês, *Critique as Social Practice*, situa-se num momento de elevada abstração teórica, mas cujos pressupostos sustentam amplamente o projeto “Transformações da desobediência civil”, no qual ele coordena atualmente um leque de pesquisas empíricas com enfoque transnacional e que compartilham o objetivo de interrogar as formas de contestação das instituições políticas à luz dos processos de globalização, democratização e digitalização. Em relação à trajetória da Teoria Crítica, ao passo que a obra a um só tempo contesta e reforça a “virada reconstrutiva” – desde a proposição de Jürgen Habermas acerca da insuficiência do quadro conceitual delineado por Karl Marx enquanto horizonte emancipatório – ela tem ainda a pretensão de englobar as variadas tendências mais ou menos vinculadas a esta tradição intelectual.

A par da abordagem reconstrutiva, Celikates, no curso dos seus trabalhos, considera que as condições de possibilidade da crítica são imanentes às práticas concretas de uma sociedade, embora a estrutura normativa sob a qual reside a crítica não seja explicitamente reconhecida pela auto-compreensão ordinária (*Selbstverständnis*). Deste modo, cabe à teoria clarificar uma racionalidade já existente, mas dotada da capacidade de pôr em questão a realidade dada e de impulsionar movimentos reais de transformação. Por outro lado,

as tentativas para despontar tal abordagem mais precisamente os modelos da “ação comunicativa” forjado por Habermas em 1981<sup>1</sup> e da “luta por reconhecimento” posteriormente elaborado por Axel Honneth em 1992<sup>2</sup> – foram insuficientes na perspectiva de Celikates, algo que ele então se propôs a superar em termos teóricos, nesta obra, ao articular dois programas de pesquisa opostos.

Na primeira parte, Celikates se dedica a Pierre Bourdieu, examinando como este manifesta a vertente da crítica externa. *Grosso modo*, tal vertente parte de um fosso epistemológico entre as perspectivas da teoria e dos participantes, de modo que os atores aparecem, nos trabalhos de Bourdieu, subordinados à reprodução das formas de dominação, enquanto que apenas um observador alheio às práticas seria apto a refletir sobre a realidade social. No caso deste modelo, ao acoplar a questão da ideologia com o senso comum, a opacidade se torna constitutiva de toda a prática social, ao mesmo tempo em que a validação da objetividade científica exige a ruptura com a perspectiva ordinária. Assim, se há um desconhecimento sistemático das condições sociais por parte da perspectiva participante, avança Celikates, o maior limite dessa vertente não é só o papel desmistificante que a ciência monopoliza, mas também o modo como esse papel encobre os potenciais transformativos que uma Teoria Crítica se põe a desvelar.

Na segunda parte, o autor retoma a “virada pragmática ou interpretativa”, examinando como Luc Boltanski buscava suprir déficits legados pela Sociologia Crítica. Trata-se da vertente da crítica interna, caracterizada

<sup>1</sup> Ver Habermas, Jürgen (2012), *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*, volume II. São Paulo: WMF Martins Fontes. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler [orig. 1981].

<sup>2</sup> Ver Honnet, Axel (2009), *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34. Tradução de Luiz Repa [orig. 1992].

pela orientação em explicitar as capacidades críticas que os atores concernidos ativam nas mais variadas situações. Partindo de uma simetria entre ciência e saberes leigos, o modelo de Boltanski restitui a reflexividade que os atores ordinários põem em prática na experiência vivida, fazendo da teoria uma construção de segunda ordem sobre as interpretações práticas. Porém, para Celikates, tal modelo também tem os seus limites, uma vez que não examina as condições sociais capazes de obstruir o pleno desempenho das capacidades críticas, além de delegar, por vezes, uma autoridade epistêmica à perspectiva participante – como se os conhecimentos nativos fossem indubitáveis.

A terceira parte consiste num intenso esforço conceitual para articular essas duas vertentes como momentos distintos de um mesmo modelo mais amplo. Para que o reconhecimento das capacidades críticas ordinárias não ofusque as condições históricas que bloqueiam o seu desenvolvimento, o autor elenca um leque de casos empíricos relativos a déficits reflexivos, revelando neles as armadilhas das abordagens unilaterais. É o caso, por exemplo, da análise de W. E. B. Du Bois sobre os efeitos da segregação racial no sul estadunidense pós-Guerra Civil, pois, segundo Celikates, embora identifique que os grupos negros perdem ali a capacidade de refletir sobre a sua condição – ao incorporar a visão branca dominante –, a aposta de Du Bois em elites esclarecidas e aptas a representar os “verdadeiros interesses” dos oprimidos acaba anulando a possibilidade da crítica a partir da experiência vivida. Trata-se de um dos elementos relativos à questão da monologia, no sentido de uma teoria que se imuniza da validação

por parte dos seus destinatários – isto é, da perspectiva participante –, ao passo que almeja transformações reais. Algo que os modelos do segundo Habermas e de Honneth acabam implicando ao recorrerem a proposições transcendentais e que, portanto, ultrapassam a historicidade das práticas. Ora, é na obra *Conhecimento e interesse* do primeiro Habermas em 1968,<sup>3</sup> notadamente na sua discussão sobre a psicanálise, que o autor encontra um método adequado para atualizar a Teoria Crítica e é, então, capaz de fundamentar o modelo reconstrutivo a partir de critérios históricos e dialógicos. Com isto, não se trata de transferir hipóteses e conceitos substanciais psicanalíticos, mas do seu modelo paradoxal, isto é, a interpenetração entre crítica externa e crítica interna.

Retomando a exegese de Habermas sobre Freud, Celikates propõe que durante a situação analítica ocorre um processo reconstrutivo, pois a compreensão efetiva da gênese das patologias que acometem o paciente requer não só que o analisado simbolize sua história de vida ao trazer sonhos e relatos fragmentados mais espontâneos, mas também que o analista perscrute os significados inacessíveis de antemão – porque foram esquecidos e/ou reprimidos – de modo a estabelecer nexos causais entre si, visando explicar os mecanismos que distorcem o ato de rememoração (à maneira da crítica externa) e tecer uma narrativa mais coerente capaz de dar sentido à experiência vivida (à maneira da crítica interna). A Teoria Crítica se torna não mais que um momento do movimento de autorreflexão dos próprios atores e de transformação de práticas embrutecidas por condições coercitivas, pois não cabe mais a atitude afirmativa em torno das

<sup>3</sup> Ver Habermas, Jürgen (2014), *Conhecimento e interesse*. São Paulo: Editora Unesp. Tradução de Luiz Repa [orig. 1968].

condições ideais da vida social (a história como estágios da presentificação da razão), mas sim identificar dialogicamente as condições inaceitáveis a partir da perspectiva participante, atualizando a autoconhecimento ordinária sob formas deliberadas (a história como processo contingente e agonístico).

Podemos considerar que a obra analisada é exitosa em explicitar o que chamáremos de “déficits de negatividade”, isto é, a ênfase sobre as formas de autodeterminação que podem acabar ofuscando os vínculos sociais regressivos e precários que solicitam da teoria uma interpretação mais forte, e por vezes antagonista, daquela construída pelos atores implicados. O livro consegue, no entanto, evitar que esta ênfase incorra numa visão mais fatalista do

que crítica, na qual os atores se reduzem a determinações de forças anônimas e inexoráveis. Por outro lado, podemos notar que a obra revela um “déficit diagnóstico” que perpassa, largamente, a Teoria Crítica contemporânea, tendo em vista que essa busca por fundamentá-la fez com que tivesse ainda pouco a dizer sobre a anatomia dos conflitos emergentes, os quais, se equacionados, poderiam chegar a um novo diagnóstico do tempo presente – tal como no passado os fundadores dessa teoria propiciaram quando investigaram a ascensão do fascismo e as revoltas amalgamadas no ano de 1968.

*Pedro Grunewald Louro*

Revisto por Alina Timóteo

---

### **Vinicius Mendes**

Mestrando em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,  
Universidade de São Paulo  
Rua do Lago, 717, Diretoria e Administração, Cidade Universitária, São Paulo-SP,  
CEP 05508-080, Brasil  
Contacto: [vinicius.mendes@usp.br](mailto:vinicius.mendes@usp.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1327-9640>

### **Pedro Grunewald Louro**

Doutorando em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,  
Universidade de São Paulo  
Rua do Lago, 717, Diretoria e Administração, Cidade Universitária, São Paulo-SP,  
CEP 05508-080, Brasil  
Contacto: [pedro.louro@usp.br](mailto:pedro.louro@usp.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7227-7349>

---